



EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.



RESULTADOS DO 1º TRIMESTRE DE 2021

1T21



Prezados acionistas,

A Administração da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (“Companhia” ou “EMAE”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao período findo em 31 de março de 2021 (1T21).

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas neste Relatório em milhares de reais, com base em números consolidados e estão preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



SUMÁRIO

<u>BALANÇOS PATRIMONIAIS</u>	<u>4</u>
<u>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO</u>	<u>6</u>
<u>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES</u>	<u>7</u>
<u>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>8</u>
<u>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</u>	<u>9</u>
<u>DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO</u>	<u>10</u>
<u>NOTAS EXPLICATIVAS</u>	<u>11</u>
<u>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE</u>	<u>56</u>
<u>DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS</u>	<u>58</u>

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Valores em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas explicativas	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa.....	3	237.427	507.702	256.056	518.714
Revendedores.....	4	35.893	36.526	40.258	40.805
Ativo financeiro indenizável.....	9	24.191	14.848	24.191	14.848
Imposto de renda e contribuição social a recuperar..		8.087	11.342	7.690	11.245
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....		1.162	1.420	1.162	1.420
Estoque.....		1.858	1.865	1.858	1.865
Despesas antecipadas.....		3.041	4.443	3.107	4.550
Arrendamento UTE Piratininga.....	5	124.779	112.714	124.779	112.714
Ativo financeiro - Sabesp.....	19.1	18.269	17.584	18.269	17.584
Cauções e depósitos vinculados.....	8	11.789	11.749	11.789	14.466
Outros créditos.....	6	21.878	8.083	4.824	3.616
		488.374	728.276	493.983	741.827
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Arrendamento UTE Piratininga.....	5	313.723	283.387	313.723	283.387
Ativo financeiro - Sabesp.....	19.1	80.706	77.677	80.706	77.677
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	7.2	39.030	48.052	39.030	48.052
Cauções e depósitos vinculados.....	8	31.412	25.329	31.412	25.329
Ativo financeiro indenizável.....	9	110.402	102.919	110.402	102.919
Ativo reversível da concessão.....	10	195.374	195.374	195.374	195.374
Investimentos.....	11	154.969	96.996	1.390	1.390
Imobilizado.....	12	78.509	78.683	226.946	227.463
Intangível.....		8.393	7.730	8.642	7.999
		1.012.518	916.147	1.007.625	969.590
TOTAL DO ATIVO.....		1.500.892	1.644.423	1.501.608	1.711.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Valores em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas explicativas	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores.....		8.053	4.192	8.592	4.656
Financiamento.....	13	-	-	-	66.361
Folha de pagamento.....		3.951	4.593	3.951	4.593
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....		17.294	15.982	17.294	15.982
Entidade de previdência a empregados.....	14	38.596	31.744	38.596	31.744
Tributos e contribuições sociais.....		4.943	5.562	5.113	5.718
Dividendos e juros sobre capital próprio.....		17.710	237.990	17.710	237.990
Obrigações Setoriais.....		4.023	4.477	4.030	4.490
Obrigações Especiais - RGR.....	16	1.801	1.801	1.801	1.801
Cauções e depósitos vinculados.....		11.328	11.288	11.328	11.288
Encargos de uso da rede elétrica.....		196	196	196	196
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	17	36.918	38.200	36.918	38.200
Obrigações COMGAS.....	18	481	481	481	481
Outros passivos.....		9.280	10.071	9.280	10.071
		154.574	366.577	155.290	433.571
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo					
Entidade de previdência a empregados.....	14	303.861	308.005	303.861	308.005
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	17	187.583	166.275	187.583	166.275
Obrigações COMGAS.....	18	9.872	9.993	9.872	9.993
Obrigações Setoriais.....		769	769	769	769
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	15	70.164	65.291	70.164	65.291
Obrigações Especiais - RGR.....	16	8.550	9.000	8.550	9.000
		580.799	559.333	580.799	559.333
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social.....		285.411	285.411	285.411	285.411
Reservas de capital.....		387.130	387.130	387.130	387.130
Outros resultados abrangentes.....		(186.123)	(186.123)	(186.123)	(186.123)
Reservas de lucros.....		218.095	218.095	218.095	218.095
Dividendo adicional proposto.....		14.000	14.000	14.000	14.000
Lucros acumulados.....		47.006	-	47.006	-
		765.519	718.513	765.519	718.513
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		1.500.892	1.644.423	1.501.608	1.711.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Para os períodos findos em 31 de março

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
RECEITA LÍQUIDA.....	21	107.806	97.612	119.511	105.919
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	22	(108.276)	(110.770)	(112.545)	(112.944)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO.....		(470)	(13.158)	6.966	(7.025)
Receitas/Despesas Operacionais					
Outras receitas e (despesas).....	22	10.871	48	10.871	48
Equivalência Patrimonial em controlada.....	11	6.337	4.720	-	-
		17.208	4.768	10.871	48
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....		16.738	(8.390)	17.837	(6.977)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas.....	23	6.837	9.223	6.980	9.398
Despesas.....	23	(175)	(257)	(1.000)	(1.497)
Variações monetárias líquidas.....	23	41.451	12.265	41.451	12.265
		48.113	21.231	47.431	20.166
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		64.851	12.841	65.268	13.189
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes.....	7.1/7.2	(8.823)	(6.304)	(9.240)	(6.652)
Diferidos.....	7.1/7.2	(9.022)	3.220	(9.022)	3.220
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO.....		47.006	9.757	47.006	9.757
LUCRO ATRIBUÍVEL A:.....		47.006	9.757	47.006	9.757
Acionistas controladores e não controladores.....		47.006	9.757	47.006	9.757
LUCRO BÁSICO POR:.....					
Ação preferencial.....	20.2	R\$ 1,32001	R\$ 0,27400	R\$ 1,32001	R\$ 0,27400
Ação ordinária.....	20.2	R\$ 1,20001	R\$ 0,24909	R\$ 1,20001	R\$ 0,24909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Para os períodos findos em 31 de março

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
	Acumulado	Acumulado
Lucro líquido do período.....	47.006	9.757
Total do resultado abrangente do período.....	47.006	9.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTE	RESERVAS DE LUCRO					DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
		SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	INCENTIVOS FISCAIS		RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	RECOMPRA DE OUTORGA	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	RESERVA DE RECOMPOSIÇÃO DE ATIVOS			
Saldos em 1 de janeiro de 2020.....	285.411	383.618	3.512	8.832	20.960	15.022	72.331	49.644	150.895	-	-	990.225
Realização integral reserva de retenção de lucros.....	-	-	-	-	-	(15.022)	-	-	-	-	-	(15.022)
Realização integral reserva recompra de outorga.....	-	-	-	-	-	-	(72.331)	-	-	-	-	(72.331)
Realização parcial reserva de recomposição de ativos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(134.240)	-	-	(134.240)
Ganhos e perdas atuariais líquido do efeito tributário.....	-	-	-	(194.955)	-	-	-	-	-	-	-	(194.955)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	198.485	198.485
Constituição de reserva legal.....	-	-	-	-	9.924	-	-	-	-	-	(9.924)	-
Realização de reserva de lucros a realizar.....	-	-	-	-	-	-	-	(6.509)	-	-	-	(6.509)
Recomposição de ativos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	127.421	-	(127.421)	-
Dividendo adicional proposto.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.000	(14.000)	-
Dividendo obrigatório (JCP).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.140)	(47.140)
Saldos em 31 de dezembro de 2020.....	285.411	383.618	3.512	(186.123)	30.884	-	-	43.135	144.076	14.000	-	718.513
Lucro do período.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.006	47.006
Saldos em 31 de março de 2021.....	285.411	383.618	3.512	(186.123)	30.884	-	-	43.135	144.076	14.000	47.006	765.519



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os períodos findos em 31 de março (Método Indireto)

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20
Atividades operacionais				
Resultado do período.....	47.006	9.757	47.006	9.757
Resultado de equivalência patrimonial.....	(6.337)	(4.720)	-	-
Depreciação/ amortização.....	359	469	1.423	1.506
Baixa de imobilizado.....	6	-	6	-
Despesa de entidade de plano de previdência.....	7.936	1.229	7.936	1.229
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	51	528	51	528
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	8.475	2.835	8.475	2.835
Tributos diferidos.....	9.022	(3.221)	9.022	(3.221)
Apropriação Comgás.....	(121)	-	(121)	-
Juros sobre financiamento.....	-	-	824	1.236
Provisão - Investimentos na Concessão.....	21.309	35.510	21.309	35.510
Atualização depósitos vinculados.....	-	(71)	-	(169)
Juros e variações monetárias acordo Sabesp.....	(3.714)	(2.324)	(3.714)	(2.324)
Juros e variações monetárias do arrendamento UTP Piratininga.....	(42.401)	(15.331)	(42.401)	(15.331)
Variações nos ativos e passivos				
Revendedores.....	633	-	547	(16)
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	258	(11)	258	(11)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....	8.567	5.957	8.946	6.300
Serviços - Canal Pinheiros.....	-	(13.368)	-	(13.368)
Estoques.....	7	-	7	-
Despesas antecipadas.....	1.402	(331)	1.443	(304)
Cauções e depósitos vinculados.....	(6.123)	(5.230)	(3.406)	(5.129)
Sabesp.....	-	-	-	-
Outros créditos.....	(1.482)	(1.064)	(1.259)	(771)
Fornecedores.....	3.861	2.880	3.936	3.176
Folha de pagamento.....	(642)	769	(642)	769
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	1.312	3.434	1.312	3.434
Contribuições para plano de previdência.....	(5.228)	(2.002)	(5.228)	(2.002)
Tributos e contribuições sociais.....	(619)	75	(605)	123
Obrigações setoriais.....	(454)	1.502	(460)	1.502
Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas.....	(3.602)	(1.413)	(3.602)	(1.413)
Encargos de uso da rede elétrica.....	-	6	-	(16)
Depósitos vinculados.....	40	-	40	98
Obrigações especiais - RGR.....	(450)	(450)	(450)	(450)
Outros.....	(791)	(810)	(791)	(810)
Juros de financiamento pago.....	38.280	14.605	49.862	22.668
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(5.312)	(4.587)	(5.391)	(4.834)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	32.968	10.018	43.463	16.579
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado.....	(24)	(2.004)	(725)	(3.257)
Ativos financeiros indenizáveis.....	(18.109)	(1.944)	(18.109)	(1.944)
Aquisição de intangível.....	(830)	(975)	(830)	(975)
Integralização de capital em controlada.....	(64.000)	-	-	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(82.963)	(4.923)	(19.664)	(6.176)
Atividades de financiamento				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos.....	(220.280)	(12.796)	(220.280)	(12.796)
Financiamento.....	-	-	(66.177)	(1.697)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(220.280)	(12.796)	(286.457)	(14.493)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(270.275)	(7.701)	(262.658)	(4.090)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	507.702	397.457	518.714	412.922
Caixa e equivalentes de caixa no final do período.....	237.427	389.756	256.056	408.832
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(270.275)	(7.701)	(262.658)	(4.090)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os períodos findos em 31 de março

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas				
Receitas operacionais.....	109.786	107.043	121.934	115.699
Outras receitas.....	10.871	48	10.871	48
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa - constituição.....	(51)	(528)	(51)	(528)
Receitas relativas à construção de ativos próprios e da concessão....	10.038	4.594	10.739	5.848
	<u>130.644</u>	<u>111.157</u>	<u>143.493</u>	<u>121.067</u>
Menos:				
Insumos				
GSF (Garantia física).....	-	-	450	285
Encargos de uso da rede elétrica.....	11.723	9.514	11.793	9.579
Serviços de terceiros.....	22.937	20.862	23.957	22.617
Materiais.....	2.419	1.623	3.021	1.841
Provisão - Investimentos na Concessão.....	21.308	35.510	21.308	35.510
Outros custos operacionais.....	6.027	3.408	6.876	3.457
	<u>64.414</u>	<u>70.917</u>	<u>67.405</u>	<u>73.289</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	66.230	40.240	76.088	47.778
DEPRECIAÇÃO/ AMORTIZAÇÃO.....	(359)	(469)	(1.423)	(1.506)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE.....	65.871	39.771	74.665	46.272
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras.....	6.837	9.223	6.980	9.398
Equivalência Patrimonial.....	6.337	4.720	-	-
Variações monetárias líquidas.....	41.451	12.265	41.451	12.265
	<u>54.625</u>	<u>26.208</u>	<u>48.431</u>	<u>21.663</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR.....	120.496	65.979	123.096	67.935
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal:				
Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS/FGTS).....	20.530	25.591	21.222	25.591
Entidade de previdência à empregados - Contribuição ao plano.....	7.936	1.229	7.936	1.229
F.G.T.S.....	1.119	1.146	1.163	1.146
	<u>29.585</u>	<u>27.966</u>	<u>30.321</u>	<u>27.966</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Encargos setoriais:				
Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos.....	814	2.934	814	2.934
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	343	327	364	346
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	963	884	963	884
	<u>2.120</u>	<u>4.145</u>	<u>2.141</u>	<u>4.164</u>
Federais:				
Imposto de renda e contribuição social.....	17.845	3.084	18.262	3.432
COFINS/PIS.....	10.151	9.905	10.594	10.254
INSS.....	4.043	4.205	4.196	4.205
	<u>32.039</u>	<u>17.194</u>	<u>33.052</u>	<u>17.891</u>
Municipais:				
ISS.....	52	198	52	198
IPTU.....	8.124	4.987	8.124	4.987
	<u>8.176</u>	<u>5.185</u>	<u>8.176</u>	<u>5.185</u>
	<u>42.335</u>	<u>26.524</u>	<u>43.369</u>	<u>27.240</u>
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e encargos de dívidas.....	175	257	1.000	1.497
Aluguéis.....	1.395	1.475	1.400	1.475
	<u>1.570</u>	<u>1.732</u>	<u>2.400</u>	<u>2.972</u>
Remuneração de capitais próprios:				
Dividendos / Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-
Lucros retidos.....	-	-	-	-
Lucro líquido do período.....	<u>47.006</u>	<u>9.757</u>	<u>47.006</u>	<u>9.757</u>
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	120.496	65.979	123.096	67.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS

Para os períodos findos em 31 de março

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMAE” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Fazenda do Estado de São Paulo, detém 97,61% das ações ordinárias da Companhia. Em relação às ações preferenciais, merece destaque a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A que em 31 de março de 2021 detém 64,82% das ações PN.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, construção, operação e manutenção de sistemas de produção e a comercialização de energia elétrica.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Concessão de usinas em regime de cotas

A EMAE opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no rio Pinheiros e associadas à unidade hidroelétrica Henry Borden, no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidrelétricas - PCHs, a de Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a de Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

Com a Medida Provisória 579 de 2012, convertida na lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a EMAE celebrou com a União, em 4 de dezembro de 2012, o termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013 toda garantia física e potência de cada usina da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada à Receita Anual de Geração (RAG) e submetida aos padrões de qualidade de serviço estabelecidos pela ANEEL.

A RAG é calculada pela ANEEL, reajustada anualmente e revisada a cada 5 (cinco) anos. A tarifa resultante tem por objetivo cobrir a remuneração e os custos de operação, manutenção, administração, tributos e encargos setoriais como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos. Na revisão tarifária de 2018, o valor da RAG passou a



considerar também a remuneração e amortização de investimentos necessários à renovação dos ativos da concessão.

Além disso, para as geradoras no regime de cotas, não há encargos em função dos riscos hidrológicos, pois estes são assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência.

Em 30 de julho de 2020, por meio da Resolução Homologatória nº 2.746, a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período de 1 de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 (Nota 26.3).

Controlada Pirapora Energia S.A. (“Pirapora” ou “Controlada”)

A Pirapora, subsidiária integral da Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e operar a PCH Pirapora. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429, de 24 de junho de 2008, estabeleceu o prazo de vigência da autorização em 30 anos, contados da data de sua publicação. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.242, de 6 de dezembro de 2011, transferiu da EMAE para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora. De acordo com essa autorização, ao final do prazo de vigência da mesma, os bens e instalações vinculados serão revertidos à União mediante o pagamento de indenização, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça por sua conta o livre escoamento das águas.

A construção da PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada e 17 MW de garantia física, foi concluída em dezembro de 2014. A liberação para entrada em operação comercial ocorreu mediante os Despachos nº 4.951, de 30 de dezembro de 2014, e 4.955, de 31 de dezembro de 2014, para as unidades 1 e 2, respectivamente.

A energia gerada pela Pirapora é comercializada através de contratos de venda de energia no ambiente regulado correspondentes a 16 MW médios. Em 01 de janeiro de 2015 tiveram início os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR) com 27 distribuidoras. Esses contratos são provenientes do Leilão 03/2010 (A-5) realizado em 30 de julho de 2010. O período de fornecimento estipulado é de 30 anos, de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044. A cláusula 4.5 desses contratos prevê que caso a permissão termine antes do período de suprimento o sucessor da titularidade da permissão assumirá todas as obrigações e direitos desse contrato.

Entretanto, o artigo 7º, da Lei nº 12.111/2009, estabelece que o empreendimento de geração de energia elétrica, referido no § 7º - A do art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que vier a garantir em leilão o direito de firmar contrato de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR terá prazo de autorização ou concessão prorrogado, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.



Dessa forma, é entendimento da Pirapora que essa Lei prorroga a autorização para coincidir com o término do contrato de comercialização firmado no ambiente regulado.

Arrendamento Usina Termelétrica Piratininga

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termelétrica Piratininga (“UTE Piratininga”) em 27 de abril de 2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”). Estes ativos são operados em conjunto com a usina Fernando Gasparian, pertencente à Petrobrás, aumentando à eficiência de ambas as usinas. O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008 e tem prazo de 17 anos contados a partir da data de sua assinatura. Além do contrato de arrendamento, foi firmado na ocasião um contrato de serviços de operação e manutenção das usinas Piratininga e Fernando Gasparian pela EMAE.

Expansão Fonte Térmica

A EMAE foi autorizada por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23 de junho de 2010 a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar minoritária ou majoritariamente, do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Em 24 de julho de 2019 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento “Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratininga UTE - STP”, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE).

A aprovação pelo CONSEMA permitiu a emissão da licença prévia pela CETESB, expedida pelo órgão no dia 25 de julho de 2019, possibilitando que a EMAE participe dos leilões de energia, que serão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

A pandemia de coronavírus que acometeu o país em 2020 impactou fortemente a economia e causou drástica queda do PIB, com forte redução no consumo de energia e consequente sobre oferta por parte das Distribuidoras. Tal fato suspendeu a realização de leilões de energia em 2020.

Expansão Fonte Hidrelétrica - Estrutura Edgard de Souza

Em 01 de agosto de 2018, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 313, de 30 de julho de 2018, dispensando a reversão dos bens vinculados à concessão do Aproveitamento de Potencial Hidráulico denominado UHE Edgard de Souza, extinta em 31 de outubro de 2012, com a livre disponibilização dos bens para a EMAE.

Considerando essa decisão, a Companhia iniciou as tratativas junto ao Poder Concedente, visando obter a autorização para motorizar a referida estrutura através de pedido de Registro de Interesse nesse aproveitamento hidrológico, o que foi



concedido em abril de 2019. Em seguida a EMAE elaborou projeto básico e Sumário Executivo submetendo-os à aprovação da ANEEL para a emissão de Despacho de Registro da Adequação do Sumário Executivo - DRS a fim de obter licenciamento e Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH. Em 2020, foi obtido o DRS e a outorga de recursos hídricos para o empreendimento. Atualmente a Empresa se encontra na etapa de estudos de desenvolvimento de melhor rendimento energético para procedimento de licenciamento e modelagem.

Concessão de Áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial

A EMAE concedeu, com prazo até 30/11/2042, um conjunto de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial. A proposta declarada vencedora foi apresentada pelo Consórcio Usina São Paulo, pelo valor de R\$ 280,05 milhões, base setembro de 2020, como outorga fixa, a ser pago em parcelas mensais, a partir de dezembro de 2021 até novembro de 2042, reajustado anualmente pela variação do IGPM. A esse valor será acrescido o pagamento referente à outorga variável, também em parcelas mensais e sucessivas, calculadas sobre o seu faturamento bruto mensal conforme tabela abaixo:

Período de vigência do contrato	Outorga variável % do faturamento bruto
1° ao 36° mês	4%
37° ao 72° mês	6%
73° mês até o término	8%

Impactos do Covid -19 na Companhia

Em razão do Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ número 02/2020, emitido em 10 de março de 2020, a Companhia considerou os possíveis impactos em seus negócios decorrentes da pandemia causada pelo Covid-19 e não identificou possíveis efeitos econômicos para registro contábil em suas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil - CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária, e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações financeiras trimestrais - ITR.

As informações relevantes próprias das ITR individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.



A autorização para a emissão das ITR ocorreu na reunião da diretoria realizada em 20/04/2021. As Informações Trimestrais foram em seguida apreciadas pelo Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal e submetidas ao Conselho de Administração. Após a sua emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa para alterar as ITR.

2.2 Moeda funcional e base de apresentação

Estas ITR individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas ITR individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época, e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas ITR em relação às utilizadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 20 de março de 2021.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas, cujos valores reconhecidos são significativos nas informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
- Nota 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 7 - Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota 9 - Apuração do ativo financeiro indenizável;
- Nota 10 - Ativo reversível da concessão;
- Nota 12 - Imobilizado: avaliação da vida útil e análise de impairment
- Nota 14 - Mensuração da obrigação de benefício definido com entidade de previdência a empregados;
- Nota 15 - Reconhecimento e mensuração da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários;
- Nota 17 - Outras Obrigações - Investimentos na concessão;



- Nota 25 - Instrumentos financeiros.

2.4 BASE DE MENSURAÇÃO

As ITR individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do ativo ou passivo líquido de benefício definido que é reconhecido pelo valor presente da obrigação do benefício definido deduzido do valor justo dos ativos do plano, conforme explicado na nota explicativa nº 15 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, divulgada em 20 de março de 2021.

2.5 Demonstrações financeiras consolidadas

As ITR consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A. O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis são adotadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.6 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia e sua controlada, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada como informação requerida pela legislação societária brasileira, com base nas orientações do CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar para fins da IAS 34.

2.7 Informações por segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando a existência de um único segmento que é o de geração de energia.

Dessa forma não são apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são similares às apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.

2.8 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas ITR estão consistentes com as apresentadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com exceção do descrito na nota explicativa 2.9. Consequentemente, estas informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as



demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 20 de março de 2021.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Caixa e bancos conta movimento.....	2.107	859	3.049	1.948
Aplicações financeiras (a).....	235.320	506.843	253.007	516.766
	<u>237.427</u>	<u>507.702</u>	<u>256.056</u>	<u>518.714</u>

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, sem prazos fixados para o resgate e mantidos pela Companhia e sua controlada para uso em suas operações normais.

- (a) A Companhia e sua controlada aplicam suas disponibilidades no Banco do Brasil em fundos de renda fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizaram 0,4327% no período findo em 31 de março de 2021, e 2,2405% em 31 de dezembro de 2020.

4. REVENDEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
a) Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.....	35.893	36.526	40.258	40.805

Em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o saldo das contas a receber de revendedores é composto somente de valores vencidos e, portanto, a Companhia entende que não há necessidade do registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber.

5. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

5.1 Histórico

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram o Instrumento Particular de Arrendamento dos Ativos da UTE Piratininga ("Arrendamento"), pelo período de 17 (dezessete) anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, pagáveis em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a consequente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e



obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. - BSE, sua subsidiária integral.

A BSE requereu a renovação da concessão junto à ANEEL, em 5 de julho de 2012, a qual foi ratificada posteriormente em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei nº 12.783, de 13 de janeiro de 2013. O prazo contratual da concessão encerrou-se em 7 de julho de 2015, mas não houve manifestação formal do Poder Concedente sobre o pedido e, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, continuava em processo de análise.

O arrendamento possui cláusula resolutiva caso não seja emitido novo ato autorizativo com a liquidação das obrigações pendentes. No entanto, a BSE assumiu a obrigação de devolver os bens arrendados, no final do prazo de dezessete anos, "no estado de uso e conservação em que os recebeu consideradas as depreciações e inovações tecnológicas inerentes ao desenvolvimento da operação do Contrato", cabendo indenização à EMAE caso a BSE não o faça.

A Administração da Companhia entende que a estimativa do valor a ser indenizado em caso de não renovação da concessão, pelo Poder Concedente e pela BSE, supera os montantes a serem recebidos pelas parcelas do arrendamento financeiro com a BSE.

5.2 Contabilização

A operação de Arrendamento da UTE Piratininga na data de seu início, foi classificada como arrendamento mercantil financeiro pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximava do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstração da movimentação do arrendamento UTE Piratininga:

	Controladora e Consolidado				
	Saldo		Encargos		Saldo
Conta	31.12.20	Transferências	Financeiros	Recebimento	31.03.21
ATIVO					
Circulante.....	112.714	8.732	3.333	-	124.779
Não Circulante.....	283.387	(8.732)	39.068	-	313.723
	396.101	-	42.401	-	438.502



Demonstração de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	31.03.21	31.12.20
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a).....	(28.582)	(31.915)
Variação monetária.....	637.957	598.889
Recebimentos.....	(935.873)	(935.873)
	<u>438.502</u>	<u>396.101</u>

(a) Referem-se aos juros ainda não realizados do contrato de arrendamento, inerentes aos recebimentos das parcelas futuras.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

Não circulante	
2022.....	114.078
2023.....	104.295
2024.....	95.350
	<u>313.723</u>



6. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Circulante				
Serviços em curso (a).....	3.564	3.096	3.564	3.096
Dividendos a receber de controlada (b).....	16.486	4.122	-	-
Valores a receber - Energia Livre (c).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (d).....	6.224	6.224	6.224	6.224
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e).....	(11.399)	(11.347)	(11.399)	(11.347)
Adiantamento a empregados.....	454	8	454	8
Pirapora Energia S.A - compartilhamento de custos....	569	345	-	-
Petrobrás - O&M (Nota 21.3).....	707	440	707	440
Aluguéis.....	149	116	149	116
Multas contratuais (f).....	452	406	452	406
Contrato SEEM (Nota 19.3).....	529	529	529	529
	<u>21.879</u>	<u>8.083</u>	<u>4.824</u>	<u>3.616</u>

- a) Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- b) Referem-se aos dividendos obrigatórios a receber de sua controlada;
- c) Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, em 15 de setembro de 2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber de RTE contabilizado e ainda não recebido;
- d) Referem-se a valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo. Os valores vencidos há mais de 360 dias encontram-se provisionados na rubrica "Provisão para crédito de liquidação duvidosa".
- e) O saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa em 31 de março de 2021 correspondente a R\$ 11.399, sendo composto por: R\$ 6.224, funcionários cedidos; R\$ 4.144, energia livre; R\$ 406, multas contratuais; R\$ 529, Convênio SEEM e R\$ 96 referente a locações e aluguéis;
- f) Referem-se a valores cobrados de terceiros em razão de atrasos na execução de obras, entrega de bens e outros.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

7.1 CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	64.851	12.841	65.268	13.189	64.851	12.841	65.268	13.189
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(16.213)	(3.210)	(16.317)	(3.297)	(5.837)	(1.156)	(5.874)	(1.187)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial em controlada.....	1.584	1.180	-	-	570	425	-	-
Incentivos fiscais.....	347	119	347	119				
Outros.....	1.254	(325)	1.254	(325)	450	(117)	450	(117)
b) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	1.415	1.038	-	-	463	338
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado...	(13.028)	(2.236)	(13.301)	(2.465)	(4.817)	(848)	(4.961)	(966)
Corrente.....	(6.025)	(4.604)	(6.298)	(4.833)	(2.798)	(1.700)	(2.942)	(1.819)
Diferido.....	(7.003)	2.368	(7.003)	2.368	(2.019)	852	(2.019)	853
Alíquota efetiva.....	20%	17%	20%	19%	7%	7%	8%	7%

7.2 Composição dos impostos diferidos

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	77.504	71.266	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013 (b).....	-	1.393	-	-
Obrigações fiscais diferidas arrendamento (c).....	-	-	94.563	83.644
Obrigações fiscais diferidas Sabesp (d).....	-	-	24.744	23.815
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (e).....	70.501	70.501	-	-
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	27.901	25.656	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013 (b).....	-	-	-	-
Obrigações fiscais diferidas arrendamento (c).....	-	-	34.042	30.112
Obrigações fiscais diferidas Sabesp (d).....	-	-	8.907	8.573
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (e).....	25.380	25.380	-	-
	201.286	194.196	162.256	146.144
Compensação entre Ativos e Passivos (f).....	(162.256)	(146.144)	(162.256)	(146.144)
	39.030	48.052	-	-

- a) Referem-se a créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis onde se destacam a provisão para a realização dos investimentos com os recursos recebidos para investimentos na Concessão, as contingências trabalhistas, cíveis e tributárias e a provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, relativos a exercícios anteriores;
- c) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 5);
- d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o Ativo financeiro relativo ao acordo com a Sabesp. (Nota 19.1);
- e) Refere-se a passivo fiscal diferido sobre plano de benefício definido (Nota 14), registrado em Outros Resultados Abrangentes (Ajuste da Avaliação Atuarial);
- f) Refere-se à compensação entre ativos e passivos diferidos. Salienta-se que até 2017, a Companhia registrou um total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitado a 30% do passivo fiscal diferido. A partir de 2018, a Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho da Administração. Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e podem ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.



Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Diferenças temporárias (vide nota 7.2, alínea “a”):

2021.....	9.773
2022.....	4.554
2023.....	4.554
2024.....	4.554
2025.....	4.554
2026 até 2042.....	77.416
	<u>105.405</u>

8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Circulante				
Depósitos vinculados (a).....	11.789	11.749	11.789	11.749
Cauções e depósitos vinculados (c).....	-	-	-	2.717
	<u>11.789</u>	<u>11.749</u>	<u>11.789</u>	<u>14.466</u>
Não circulante				
Depósitos judiciais (b).....	31.412	25.329	31.412	25.329
	<u>31.412</u>	<u>25.329</u>	<u>31.412</u>	<u>25.329</u>
	<u>43.201</u>	<u>37.078</u>	<u>43.201</u>	<u>39.795</u>

- a) Do montante de depósitos vinculados, i) R\$ 11.207 (R\$ 11.167 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a depósito originado da venda de óleo combustível no exercício de 2012 e mantido em contas de ativo e passivo pelo mesmo valor; ii) depósito de R\$ 582 (R\$ 582 em 31 de dezembro de 2020) perante a ANEEL, correspondente à caução contratual da Usina Edgard de Souza.
- b) Refere-se a depósitos iniciais ou recursais envolvendo diversos processos cíveis e trabalhistas da Companhia e sua controlada. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas a esses depósitos judiciais.
- c) No saldo consolidado, estão incluídas as garantias do financiamento BNDES no montante de R\$ 2.717 em 31 de dezembro de 2020 da controlada Pirapora (Ativo circulante). Em 31 de março de 2021 em razão da quitação antecipada do financiamento junto ao BNDES, o recurso registrado anteriormente na rubrica cauções e depósitos vinculados foi transferido para a rubrica caixa e equivalentes de caixa da Controlada.

9. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Refere-se a investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31 de dezembro de 2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei nº 12.783, os quais serão recuperados por meio da RAG nos processos de revisão e reajuste tarifário.

A Companhia classificou o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado. Em virtude da característica desse ativo, em cada processo de reajuste ou revisão tarifária, novas tarifas são homologadas pela ANEEL, ocasionando modificações no fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável. Essas modificações poderão gerar eventuais ganhos ou perdas no valor do custo amortizado do ativo, os quais serão ajustados no resultado.

Movimentação do ativo financeiro indenizável:

	Controladora e Consolidado				Saldo em 31.03.21
	Saldo em 31.12.20	Adições (a)	Transferência	Amortização (b)	
Circulante					
Ativo financeiro.....	4.901	-	1.703	(1.283)	5.321
Adiantamento a fornecedores.....	9.947	8.923	-	-	18.870
	14.848	8.923	1.703	(1.283)	24.191
Não circulante					
Ativo financeiro.....	102.919	9.186	(1.703)	-	110.402
	117.767	18.109	-	(1.283)	134.593

- a) As adições do exercício referem-se a investimentos realizados nas usinas que aumentem a vida útil das unidades e também em melhorias gerando maior eficiência na produção energética.
- b) Amortização dos investimentos efetivamente já realizados (Nota 17).

10. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Refere-se aos ativos reversíveis identificados pela Administração da Companhia. Nos termos do art. 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, após a fiscalização e a definição dos valores com base na metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR pela ANEEL esses ativos reversíveis serão indenizados pelo Poder Concedente.

Os ativos reversíveis registrados nessa conta não incluem os ativos relacionados com os projetos básicos, os quais foram indenizados em dezembro de 2012.

Em atendimento ao requerido no referido Decreto, a Administração da Companhia emitiu um Ofício à ANEEL, em 26 de dezembro de 2013, manifestando o interesse em receber a devida indenização relativa aos investimentos vinculados a bens reversíveis realizados nas Usinas da Companhia até 31 de dezembro de 2012, visando seu ressarcimento nos termos do artigo citado acima.



Em 20 de fevereiro de 2017 a Companhia contratou consultoria especializada com o objetivo de elaboração de cálculos do Valor Novo de Reposição - VNR dos investimentos realizados até 31 de dezembro de 2012 e saldo de investimentos não amortizados até 31 de dezembro de 2012, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 596/13, para subsídio à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 12.783, de 2013, de 11 de janeiro de 2013.

Os relatórios gerados naquele exercício demonstraram que não há razão para a constituição de estimativa para redução ao valor recuperável dos montantes pleiteados perante o órgão regulador, todavia, a ANEEL poderá apresentar valor de indenização diferente daquele pleiteado, o qual será analisado pela Companhia e caso aplicável realizará os ajustes de perdas ou ganhos que se fizerem necessários.

Em 01 de agosto de 2018, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 313, de 30 de julho de 2018, dispensando a reversão dos bens vinculados à concessão do Aproveitamento de Potencial Hidráulico denominado UHE Edgard de Souza, extinta em 31 de outubro de 2012, com a livre disponibilização dos bens para a EMAE.

Considerando essa decisão, a Companhia iniciou tratativas junto ao Poder Concedente, visando obter autorização para motorizar a referida estrutura, com o aproveitamento integral das instalações atualmente existentes.

O valor líquido contábil dos ativos reversíveis em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 195.374.

11. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Pirapora Energia S.A.....	153.578	95.606	-	-
Outros.....	1.390	1.390	1.390	1.390
Total.....	<u>154.968</u>	<u>96.996</u>	<u>1.390</u>	<u>1.390</u>

A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.. Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

	31.03.21	31.12.20
Ativo.....	171.746	167.164
Passivo.....	18.168	71.558
Patrimônio Líquido.....	153.578	95.606
	31.03.21	31.03.20
Lucro do exercício.....	6.337	4.720



	Controlada
Saldo em 31.12.2020.....	95.606
Dividendo adicional proposto.....	(12.365)
Resultado de equivalência patrimonial.....	6.337
Integralização de capital em controlada.....	64.000
Saldo em 31.03.2021.....	<u>153.578</u>

12. IMOBILIZADO

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n° 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, cujos recursos devem ser aplicados exclusivamente na concessão.



A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 31 de março de 2021 está representada por:

Controladora	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.20	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação do exercício	Saldo em 31.03.21
Em serviço							
Terrenos.....		5.068	-	(6)	-	-	5.062
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	2,0%	832	-	-	-	(16)	816
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	2.528	-	-	26	(131)	2.423
Veículos.....	14,3%	680	-	-	-	(38)	642
Móveis e Utensílios.....	6,3%	267	20	-	25	(7)	305
Subtotal.....		9.375	20	(6)	51	(192)	9.248
Em curso.....		69.308	4	-	(51)	-	69.261
Total Controladora.....		78.683	24	(6)	-	(192)	78.509

Consolidado	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.20	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação do exercício	Saldo em 31.03.21
Em serviço							
Terrenos.....		5.068	-	(6)	-	-	5.062
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	44.996	-	-	(468)	(256)	44.272
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	2,0%	46.813	-	-	(1.040)	(283)	45.490
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	60.330	-	-	26	(652)	59.704
Veículos.....	14,3%	680	-	-	-	(38)	642
Móveis e Utensílios.....	6,3%	268	20	-	25	(7)	306
Subtotal.....		158.155	20	(6)	(1.457)	(1.236)	155.476
Em curso.....		69.308	705	-	1.457	-	71.470
Adiantamento a fornecedores.....		-	-	-	-	-	-
Total Consolidado.....		227.463	725	(6)	-	(1.236)	226.946



i) Análise de redução ao valor recuperável dos ativos:

Conforme divulgado na Nota 10, Ativo Reversível da Concessão, em 01 de agosto de 2018, o Ministério de Minas e Energia - MME disponibilizou os bens da UHE Edgard de Souza para a EMAE (no montante de R\$ 59.667, passando a ser registrado no imobilizado em curso), dispensando, portanto a reversão dos bens.

Sendo assim, a administração realizou teste de recuperabilidade desses ativos utilizando fluxos de caixas descontados com base nas seguintes premissas: (i) obtenção da autorização para remotorização da usina; (ii) período de autorização de 30 anos; (iii) quantidade e preço de venda de parte da energia gerada contratada no ambiente regulado; e (iv) o excedente de energia comercializado no mercado de curto prazo. Os fluxos de caixas foram estimados para um período da concessão e descontados pela taxa de desconto antes dos tributos variando entre 7,2% a.a a 8,5% a.a no período de projeção. A Administração, com base no teste efetuado, concluiu que não há necessidade de registro de estimativa para perda ao valor recuperável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. No período findo em 31 de março de 2021, a Companhia não identificou nenhum fato que indicasse a necessidade de realizar teste de recuperabilidade de ativos.

13. FINANCIAMENTO (CONSOLIDADO)

13.1 CONTRATO BNDES E SALDO

Em 8 de março de 2012, a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000 a ser pago em 192 parcelas mensais com vencimento contratual em 15 de setembro de 2030 atualizado pela TJLP + 1,9 a.a. Tal valor representava 60% do valor do investimento previsto para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Em 15 de março de 2021 a Pirapora Energia S.A quitou o contrato.

	Consolidado				
	31.12.20				31.03.21
	Saldo	Juros	Pagamento do principal	Pagamento dos juros	Quitação antecipada
Circulante e Não Circulante					Saldo
Financiamento BNDES.....	66.361	824	(1.697)	(1.008)	(64.480)
					-

14 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

A EMAE é patrocinadora de planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A VIVEST (atual denominação da Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.



		Controladora e Consolidado			
		31.03.21		31.12.20	
Credor	Objeto	Circulante	Não Circulante	Total	Total
VIVEST	- Fundos de Pensão	38.596	205.189	243.785	241.077
	- Ajuste CPC 33 (R1) (IAS 19).....	-	98.672	98.672	98.672
		<u>38.596</u>	<u>303.861</u>	<u>342.457</u>	<u>339.749</u>

A evolução do déficit atuarial dos planos de aposentadoria da EMAE, de 2019 para 2020, se deve principalmente (i) à queda da taxa de desconto dos benefícios futuros a serem desembolsados pelos planos e (ii) ao crescimento do valor desses mesmos benefícios, vinculados ao IGP-DI, que teve forte descasamento em relação a outros indicadores de inflação e em relação aos rendimentos auferidos pelos investimentos do plano.

14.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, foi aprovado o saldamento do plano então vigente que passou a ser denominado Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS e criado um novo plano de modelo misto, composto de benefício definido (BD) de 70% do salário de contribuição, e de contribuição definida (CD) de 30%. Em 2018, esses planos também foram encerrados para novos entrantes.

O equacionamento do plano BSPS é garantido pelo patrocinador enquanto, para os planos BD e CD, eventuais déficits são compartilhados entre a patrocinadora e os participantes.

O custeio do plano para o benefício definido e para a contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados. Na parcela de contribuição definida, a paridade é baseada em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas periodicamente por atuário independente.

A política de investimentos do plano, definida por meio de estudo de gerenciamento conjunto de ativos e passivos ("Asset Liability Management"), resultou na alocação média de 76% em renda fixa, 14% em renda variável e 10% em outros segmentos, obtendo rentabilidade consolidada de 11,25% em 2020, ante a meta atuarial de 30,89% no mesmo período, impulsionada pela variação do IGP-DI, que é o indexador de reajuste de benefícios.

Em 2020, em função da dificuldade de obter novos investimentos atrelados ao IGP e visando evitar eventuais descasamentos entre ativos e passivos do plano de previdência, a EMAE, através da VIVEST, em março de 2020 ingressou na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC com o pedido de alteração do indexador de reajuste dos benefícios do plano passando do IGP-DI para IPCA. Até o momento, a PREVIC não apresentou manifestação conclusiva em relação ao pleito.



14.2 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A VIVEST

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a VIVEST foi formalizado em 1997, com interveniência da então Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC), um contrato de ajuste de reservas a amortizar (contrato de Ajustes de Reservas Matemáticas) que possui cláusula variável, para a cobertura de déficit técnico atuarial relativo ao “Benefício Suplementar Proporcional Saldado” - BSPS. Esse contrato previa a amortização do déficit existente em 1997 em 240 parcelas mensais, com atualização pela variação do IGP-DI e acrescido de juros de 6% a.a. Em 22 de junho de 2017 foi assinado aditivo contratual prorrogando o vencimento do contrato para março de 2032.

Anualmente, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base nesse novo saldo.

Esse contrato representa, na essência, garantia para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.

A diferença entre os saldos apresentados nesse contrato de ajuste de reservas matemáticas e o do passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19 é decorrente da diferença entre a metodologia contábil utilizada no balanço da EMAE e a metodologia aprovada pela PREVIC e utilizada pela VIVEST para avaliar a situação atuarial dos planos de benefícios. A diferença entre essas duas metodologias, em 31 de março de 2021, é a seguinte:

Saldo da dívida.....	243.785
Ajuste atuarial.....	<u>98.672</u>
Saldo CPC 33 (R1)/IAS 19.....	<u>342.457</u>



15 PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

15.1 CONTINGÊNCIAS - POSSIBILIDADE DE PERDA PROVÁVEL

	Controladora e Consolidado				
	31.12.20	31.03.21			
	Saldo	Provisão	Reversão	Pagamento	Saldo
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade.....	13.127	233	-	-	13.360
Diversas.....	19.504	6.892	(1.189)	(3.602)	21.605
	32.631	7.125	(1.189)	(3.602)	34.965
Cíveis.....	31.980	2.290	-	-	34.270
Tributárias.....	611	245	-	-	856
Ambiental.....	60	4	-	-	64
Administrativo.....	9	-	-	-	9
	65.291	9.664	(1.189)	(3.602)	70.164

A) Periculosidade

Trata-se de ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricitários em 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo nº 01767006319995020039 - 39ª Vara, pleiteando a condenação da Companhia ao pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos seus quadros. A ação foi julgada procedente apenas para 104 empregados e o processo se encontra pendente de julgamento de recurso de Agravo de Instrumento pelo Tribunal Superior do Trabalho. A referida ação foi classificada com probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia.

B) Diversas

Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados às quais requerem em geral o pagamento de equiparação salarial, insalubridade e outras questões. Deste conjunto de processos no período findo em 31 de março de 2021, houve reformas de sentenças pelos Tribunais superiores, com alteração da probabilidade de êxito, o que resultou na majoração do saldo de provisionamento.

C) Cíveis

Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo o mais relevante descrito a seguir:

Trata-se de processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., a qual pleiteia o direito de não optar pelo chamado "alívio de exposição" relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor. Em 9 de abril de 2014, foi publicado acórdão dando provimento ao recurso de apelação da AES Sul, o qual foi



oposto pela EMAE e outras Interessadas embargos de declaração. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável em 31 de março de 2021 sendo o valor provisionado para esta causa de R\$ 32.296 (R\$ 31.064 em 31 de dezembro de 2020).

D) Tributárias

Refere-se a um processo de IPTU movido pelo Município de Cubatão em razão de um indeferimento de pleito solicitado pela Companhia.

15.2 CONTINGÊNCIAS - PROBABILIDADE DE PERDA POSSÍVEL

As contingências em 31 de março de 2021, nas suas diferentes espécies avaliadas e classificadas segundo sua probabilidade de risco econômico-financeiro como perda possível estão demonstradas a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	31.03.21	31.12.20
Administrativo.....	389	374
Ambiental	115.608	111.055
Cível.....	20.459	19.834
Trabalhista.....	15.462	14.501
Tributário.....	42.437	41.415
	<u>194.355</u>	<u>187.179</u>

a) Administrativo

O processo mais relevante refere-se à cobrança movida pela Prefeitura de São Paulo pela ausência de limpeza de imóvel, o qual se encontra em ocupação irregular. Em 2010 a Companhia propôs Ação Judicial de Reintegração de Posse do imóvel, porém o pedido foi indeferido e mantida a aplicação da multa. Em 31 de março de 2021 o valor da causa é de R\$ 319.

b) Ambiental

O principal processo refere-se à obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, em função da composição amigável entre a EMAE e o Ministério Público, até então litigantes, em 27 de junho de 2007, objetivando viabilizar a elaboração de EIA/RIMA para que, uma vez aprovado tornasse possível à implantação do sistema de tratamento por flotação de águas do Canal Pinheiros para despoluição de 50m³/s e posterior bombeamento para o reservatório Billings. Contudo, em 12 de abril de 2012, o Ministério Público requereu o cumprimento de sentença em face da Companhia, consubstanciado em (i) pagamento de multa diária totalizada no montante de R\$ 32.833 e (ii) desmobilização das instalações implantadas e restituição das áreas ao



estado anterior. Intimada, após prazo estabelecido pelo juiz, a Companhia comprovou a desmobilização das instalações, bem como requereu, em 10 de dezembro de 2012, a dilação de prazo de 24 meses para remoção do lodo advindo da flotação, prazo esse deferido e atendido pela EMAE.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 31 de março de 2021, sendo o total da causa de R\$ 109.789 (R\$ 105.481 em 31 de dezembro de 2020).

c) Cível

O processo mais relevante refere-se à ação originada pela VIVEST – a qual visa à condenação da Companhia ao pagamento do déficit técnico do quadro de empregados. A autora encontra-se em vantagem, uma vez que o tribunal julgou procedente o pleito original, porém o processo encontra-se em fase de recursos.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 31 de março de 2021 sendo o total da causa de R\$ 19.546 (R\$ 18.890 em dezembro de 2020).

d) Trabalhista

Entre os processos avaliados como de risco possível, o montante mais relevante refere-se a disputas movidas pelos sindicatos que representam os empregados ou por disputas individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

e) Tributário

Entre os processos como de risco possível, o montante mais relevante refere-se à cobrança movida pela Prefeitura de São Paulo em razão da majoração do IPTU em função da alteração das premissas e metodologias utilizadas como base de cálculo do tributo envolvido. Em 31 de março de 2021 o valor da causa é de R\$ 9.362.

16 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS – RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO – RGR

A Companhia, desde sua constituição em 1998, oriunda da cisão da Eletropaulo, possui um saldo inicial registrado na conta de Obrigações Especiais – RGR (Reserva Global de Reversão), de R\$ 16.202 que permaneceu inalterado até 31 de dezembro de 2017. Durante este período a Companhia recolheu apenas os juros correspondentes, conforme estabelecido na legislação vigente. Entretanto, com o advento do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2027 (9 anos), com base em nova legislação em vigor, o referido montante está sendo amortizado em bases mensais mediante recolhimento à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.



Controladora e Consolidado						
	31.12.20	Transferência	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	31.03.21
Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	1.801	450	130	(130)	(450)	1.801
Não Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	9.000	(450)	-	-	-	8.550

17 OUTRAS OBRIGAÇÕES - INVESTIMENTOS NA CONCESSÃO

Corresponde à provisão para realização de investimentos nas usinas cotistas em razão das obrigações estabelecidas no 2º termo Aditivo do Contrato de Concessão e no Submódulo Proret 12.1 - Procedimentos de Regulação Tarifária emitido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, estando ainda em conformidade com os critérios e definições estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Durante o exercício de 2020 o Plano de Investimentos inicialmente criado em 2018 foi revisto gerando uma redução na previsão de investimento do plano ao longo da concessão.

Controladora e Consolidado					
	31.12.20		31.03.20		
	Ativo financeiro Indenizável	Movimento do período	Ativo financeiro Indenizável	Outras obrigações Circulante	Não circulante
Investimentos totais realizados.....	116.424	9.186	125.610	-	-
Adiantamento a fornecedores (a).....	9.947	8.923	18.870	-	-
Provisão - Investimentos na Concessão (b).....	-	-	-	(46.805)	(187.583)
Amortização acumulada.....	(8.604)	(1.283)	(9.887)	9.887	-
Total.....	117.767	16.826	134.593	(36.918)	(187.583)

(a) Adiantamento a fornecedores referentes a aquisições efetivamente não recebidas

(b) Provisão acumulada ajustada pela melhor estimativa

Entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de março de 2021 a Companhia investiu na concessão o montante de R\$ 125,6 milhões, buscando a modernização, eficiência e a redução dos riscos relacionados à produção energética. Conforme estabelecido em lei, o valor já investido deve ser amortizado de forma linear até o final da concessão, pois os benefícios econômicos inerentes pela correta aplicação dos recursos, produzirão retorno (fluxos de caixa) até 30 de novembro de 2042.

18 OUTRA OBRIGAÇÃO - COMGÁS

Trata-se de Contrato firmado junto à Comgás de permissão de uso de áreas da Companhia a título oneroso para a instalação de canteiros, áreas de válvulas e estação de medição e recebimento de gás (city gate) com vigência até 30 de novembro de 2042. A EMAE recebeu antecipadamente o montante de R\$ 10.544 cuja apropriação em seu resultado ocorrerá de forma linear ao longo do contrato. Em 31 de março de 2021 a EMAE contabilizou o montante de R\$ 121 no Resultado da Companhia.

19 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, descritas a seguir:



19.1 ATIVO FINANCEIRO - ACORDO SABESP

Desde 2014, a Companhia vinha negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitavam na esfera judicial e arbitral referentes ao uso da água de represas sob gestão da EMAE. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças ("Instrumento") para o encerramento de todos os litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

Após o cumprimento das Condições Suspensivas e a aprovação do referido aditivo nos Conselhos da SABESP e da EMAE, em 11 e 18 de outubro de 2017, respectivamente, o Instrumento passou a ter plena eficácia.

Informações adicionais sobre o histórico do processo sobre o Acordo Sabesp estão descritos na nota explicativa nº 20.1 das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 20 de março de 2021.

Demonstração da mutação do Contrato da Sabesp:

	Controladora e Consolidado			
	Saldo 31.12.20	Transferências	Encargos Financeiros	Saldo 31.03.21
ATIVO				
Circulante				
Sabesp.....	22.880	566	-	23.446
Ajuste a valor presente.....	(5.296)	(1.294)	1.413	(5.177)
	17.584	(728)	1.413	18.269
Não Circulante				
Sabesp.....	143.855	(566)	2.301	145.590
Ajuste a valor presente.....	(66.178)	1.294	-	(64.884)
	77.677	728	2.301	80.706
	95.261	-	3.714	98.975

O ajuste a valor presente foi apurado por uma taxa de juros média de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29%, ambas ao ano, aplicado pelo prazo do contrato.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

2022.....	6.944
2023.....	6.492
2024.....	6.069
2025.....	5.674
2026 até 2042.....	55.527
	<u>80.706</u>

19.2 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ENTRE EMAE E PIRAPORA



A Companhia no ano de 2016 iniciou a prestação de serviço de operação e manutenção para a sua controlada Pirapora Energia S.A.. O prazo contratual inicial foi de 4 anos, contados a partir da autorização de início expedida pela Pirapora Energia S.A., sendo este aditado até novembro de 2020. Em dezembro de 2020 a Companhia firmou com sua controlada, e com prévia anuência da ANEEL, convênio para compartilhamento dos custos de pessoal, sendo que durante o período findo em 31 de março de 2021 houve a transferência de R\$ 889.

19.3 CONVÊNIO SEEM – ATUAL SIMA

Em 16 de julho de 2018 a Companhia firmou convênio com Secretaria de Estado de Energia e Mineração SEEM, que conforme Decreto 64.132 de 11 de março de 2019 transferiu suas atribuições para a atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, celebrado como convênio de cooperação técnico-operacional, tendo por objeto a conjugação de esforços para o desenvolvimento de estudos e projetos na área de energia, com vistas à otimização, racionalização, controle de qualidade e dos padrões de prestação do suprimento de energia no Estado de São Paulo, por meio de parceria na utilização de conhecimentos técnicos e tecnologias. O valor estimado do contrato foi de R\$ 3.324 com vigência de 18 (dezoito) meses. Em 31 de março de 2021 a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 529, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018.

19.4 CESSÃO DE EMPREGADOS

Refere-se à cessão de empregados, mediante ressarcimento junto às Secretarias de Estado de Energia e Mineração, Gestão Pública, Saneamento, Justiça, Casa Civil e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo. Em 31 de março de 2021, o saldo a receber é de R\$ 6.224, vide Nota 6 letra (d).

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

NOME	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
Centrais Elétricas Bras S.A. Eletrobrás.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo..	14.353.441	97,61	52.068	0,23	14.405.509	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo.....	350.832	2,38	-	-	350.832	0,95
Álvaro Luiz Alves de Lima Alvares Otero.....	-	-	2.201.133	9,90	2.201.033	5,96
Outros.....	1.097	0,01	5.572.180	25,05	5.573.377	15,08
TOTAL.....	14.705.370	100,00	22.241.714	100,00	36.947.084	100,00

Durante o período findo em 31 de março de 2021 não houve emissão de novas ações.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$



1.116.050 mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus à: a) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; b) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; c) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e d) direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

20.2 LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.

Cálculo de lucros por ação para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado			
	31.03.21		31.03.20	
Lucro líquido do período.....	R\$	47.006	R\$	9.757
Número de ações ordinárias.....		14.705.370		14.705.370
Número de ações preferenciais.....		22.241.714		22.241.714
Total.....		36.947.084		36.947.084
Lucro por ação básico e diluído				
Ação Preferencial.....	R\$	1,32001	R\$	0,27400
Ação Ordinária.....	R\$	1,20001	R\$	0,24909

A quantidade média ponderada de ações adotada no cálculo do lucro básico por ação coincide com a quantidade média ponderada de ações adotada na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

21 RECEITA LÍQUIDA

21.1 CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA



	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 21.2).....	108.313	101.980	108.313	101.980
Suprimento de energia - leilão (Nota 21.2).....	-	-	9.895	9.355
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 21.2).....	165	17	2.418	219
Renda da prestação de serviços (Nota 21.3).....	1.151	3.962	1.151	3.061
Outras receitas.....	157	1.084	157	1.084
Receitas relativas à construção de ativos da concessão (Nota 9).....	9.186	1.556	9.186	1.556
	<u>118.972</u>	<u>108.599</u>	<u>131.120</u>	<u>117.255</u>
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(8.340)	(8.138)	(8.704)	(8.425)
PIS sobre receitas operacionais.....	(1.811)	(1.767)	(1.890)	(1.829)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(52)	(198)	(52)	(198)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(963)	(884)	(963)	(884)
	<u>(11.166)</u>	<u>(10.987)</u>	<u>(11.609)</u>	<u>(11.336)</u>
RECEITA LÍQUIDA.....	<u>107.806</u>	<u>97.612</u>	<u>119.511</u>	<u>105.919</u>

21.2 ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	152.989	526.444	108.313	101.980	152.989	526.444	108.313	101.980
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	38.955	31.064	9.895	9.355
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	165	17	-	-	2.418	219
Total.....	152.989	526.444	108.478	101.997	191.944	557.508	120.626	111.554

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

- a) Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas a alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a ser remuneradas pela RAG, vide outras informações na Nota 1;
- b) Classificam-se como “suprimento” as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no ACR;
- c) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE.



21.3 RENDAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20
Petrobras (UTE's) (a).....	85	2.422	85	2.422
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	945	610	945	610
Serviço de Operação e Manutenção - PIRAPORA (b).....	-	901	-	-
Outros serviços.....	121	29	121	29
	<u>1.151</u>	<u>3.962</u>	<u>1.151</u>	<u>3.061</u>

- (a) Contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás para a prestação dos serviços de operação e manutenção das turbinas a vapor 3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga. O contrato prevê uma remuneração baseada em um valor fixo e uma parcela variável.
- (b) No exercício de 2021 não houve receita de prestação de serviço de operação e manutenção Pirapora Energia S.A, pois o contrato foi encerrado em 2020 e em substituição foi iniciado Convênio para compartilhamento dos custos de pessoal.

22 CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

22.1 CONTROLADORA

	Custo do serviço de energia elétrica		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20
Encargos de uso da rede elétrica.....	(11.723)	(9.514)	-	-	(11.723)	(9.514)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(814)	(2.934)	-	-	(814)	(2.934)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	(343)	(327)	-	-	(343)	(327)
Pessoal.....	(25.198)	(30.571)	-	-	(25.198)	(30.571)
Entidade de previdência a empregados (Nota 14).....	(7.936)	(1.229)	-	-	(7.936)	(1.229)
Material.....	(915)	(975)	-	-	(915)	(975)
Serviço de terceiros.....	(14.897)	(17.287)	-	-	(14.897)	(17.287)
Depreciação/amortização.....	(359)	(469)	-	-	(359)	(469)
Aluguéis.....	(1.395)	(1.475)	-	-	(1.395)	(1.475)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 15).....	(8.475)	(2.835)	-	-	(8.475)	(2.835)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 17).....	(21.308)	(35.510)	-	-	(21.308)	(35.510)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(51)	(528)	-	-	(51)	(528)
(-) Créditos PIS/COFINS.....	4.540	880	-	-	4.540	880
IPTU.....	(8.124)	(4.986)	-	-	(8.124)	(4.986)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 9).....	(9.186)	(1.556)	-	-	(9.186)	(1.556)
Condomínio.....	(235)	(223)	-	-	(235)	(223)
Doações.....	-	-	(582)	-	(582)	-
Ajuste a valor justo - Terreno Av. Miguel Yunes.....	-	-	11.406	-	11.406	-
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	47	48	47	48
Outras.....	(1.857)	(1.231)	-	-	(1.857)	(1.231)
Total.....	(108.276)	(110.770)	10.871	48	(97.405)	(110.722)

22.2 CONSOLIDADO

	Custo do serviço de energia elétrica		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20
GSF - Garantia física.....	(450)	(285)	-	-	(450)	(285)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(11.793)	(9.579)	-	-	(11.793)	(9.579)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(814)	(2.934)	-	-	(814)	(2.934)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	(364)	(346)	-	-	(364)	(346)
Pessoal.....	(26.087)	(30.571)	-	-	(26.087)	(30.571)
Entidade de previdência a empregados (Nota 14).....	(7.936)	(1.229)	-	-	(7.936)	(1.229)
Material.....	(1.038)	(1.025)	-	-	(1.038)	(1.025)
Serviço de terceiros.....	(15.695)	(17.956)	-	-	(15.695)	(17.956)
Depreciação/amortização.....	(1.423)	(1.506)	-	-	(1.423)	(1.506)
Aluguéis.....	(1.401)	(1.475)	-	-	(1.401)	(1.475)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 15).....	(8.475)	(2.835)	-	-	(8.475)	(2.835)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 17).....	(21.308)	(35.510)	-	-	(21.308)	(35.510)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(51)	(528)	-	-	(51)	(528)
(-) Créditos PIS/COFINS.....	4.540	880	-	-	4.540	880
IPTU.....	(8.124)	(4.986)	-	-	(8.124)	(4.986)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 9).....	(9.186)	(1.556)	-	-	(9.186)	(1.556)
Condomínio.....	(235)	(223)	-	-	(235)	(223)
Doações.....	-	-	(582)	-	(582)	-
Ajuste a valor justo - Terreno Av. Miguel Yunes.....	-	-	11.406	-	11.406	-
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	47	48	47	48
Outras.....	(2.705)	(1.280)	-	-	(2.705)	(1.280)
Total.....	(112.545)	(112.944)	10.871	48	(101.674)	(112.896)

23 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	1.449	3.836	1.569	4.009
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 6).....	3.334	3.988	3.334	3.988
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 20.1).....	1.413	1.580	1.413	1.580
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(106)	(187)	(106)	(187)
Outras.....	747	6	770	8
	<u>6.837</u>	<u>9.223</u>	<u>6.980</u>	<u>9.398</u>
Despesas				
Juros	-	-	(824)	(1.236)
Outras:				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(4)	(6)	(4)	(6)
Atualização Óleo combustível.....	(40)	(99)	(40)	(99)
Atualização Selic sobre projetos P&D.....	-	-	-	-
Juros sobre RGR.....	(130)	(152)	(130)	(152)
Outras.....	(1)	-	(2)	(4)
	<u>(175)</u>	<u>(257)</u>	<u>(1.000)</u>	<u>(1.497)</u>
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 6).....	39.068	11.343	39.068	11.343
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 20.1).....	2.301	744	2.301	744
Outras variações monetárias	82	178	82	178
	<u>41.451</u>	<u>12.265</u>	<u>41.451</u>	<u>12.265</u>
	<u>48.113</u>	<u>21.231</u>	<u>47.431</u>	<u>20.166</u>

24 SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (a).....	09/04/2020	09/04/2021	40.000	342
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b)...	05/12/2020	05/12/2021	70.000	468
Seguro de Riscos Operacionais (c).....	27/10/2020	27/10/2021	283.776	4.750
Seguro de Veículos - Caminhões (d).....	11/09/2020	11/09/2021	1.078	3
Seguro de Responsabilidade Civil - Guarda de Veículos (e).....	29/10/2020	29/10/2021	730	34
Seguro de Riscos Operacionais (f).....	23/08/2020	23/08/2021	97.089	165
Seguro Empresarial - Condomínio (g).....	01/08/2020	01/08/2021	5.757	1
Seguro Aeronáutico Reta - Drone (h).....	19/01/2021	19/01/2022	562	1
			<u>498.992</u>	<u>5.764</u>

a) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia à terceiros;



- b) Referem-se a danos causados a terceiros por atos de gestão da Administração (Directors and officers);
- c) Refere-se à cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos das Usinas da EMAE;
- d) Refere-se à cobertura contra colisão, incêndio, roubo, danos materiais e pessoais referente a caminhões;
- e) Refere-se à cobertura de Responsabilidade Civil por danos causados a veículos de terceiros sob guarda em Companhia;
- f) Refere-se à cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da PCH Pirapora;
- g) Seguro de incêndio, queda de raio, explosão e perda de aluguel.
- h) Refere-se a seguro de Drone adquirido pela Companhia.

25 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Classificação
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3).....	2.107	859	3.049	1.948	Custo amortizado
Aplicações financeiras (Nota 3).....	235.320	506.843	253.007	516.766	Custo amortizado
Revendedores (Nota 4).....	35.893	36.526	40.258	40.805	Custo amortizado
Arrendamento UTE Piratininga (Nota 5).....	438.502	396.101	438.502	396.101	Custo amortizado
Outros créditos (Nota 6).....	21.879	8.083	4.824	3.616	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados (Nota 8).....	43.201	37.078	43.201	39.795	Custo amortizado
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 19.1).....	98.975	95.261	98.975	95.261	Custo amortizado
Ativo financeiro indenizável (Nota 9).....	134.593	117.767	134.593	117.767	Custo amortizado
Ativo reversível da concessão (Nota 10).....	195.374	195.374	195.374	195.374	Custo amortizado
Fornecedores.....	8.053	4.192	8.592	4.656	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	17.710	237.990	17.710	237.990	Custo amortizado
Outras obrigações - Investimentos na concessão (Nota 17)...	224.501	204.475	224.501	204.475	Custo amortizado
Financiamento (Nota 13).....	-	-	-	66.361	Custo amortizado

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).



Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os valores registrados em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 são uma aproximação razoável dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

26 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia e está totalmente comprometida por meio de cotas com as Companhias concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é a geração de energia, a qual foi comercializada através de contratos firmados no ambiente de contratação regulada. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

26.1 RISCOS DE ESTRUTURA DE CAPITAL

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente seus níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A.1) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada não detinham instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

A.2) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores (Nota 4). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e das cotas de energia elétrica - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas no recebimento; e (2) para recebíveis decorrentes da renda de prestação de serviços - o porte de seus clientes e a análise prévia de crédito.

Em 31 de março de 2021, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 237.427 e R\$ 256.056, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 507.702, controladora, e R\$ 518.714, consolidado,



em 31 de dezembro de 2020), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os principais recebíveis com exposição máxima de risco de crédito são:

	Controladora e Consolidado	
	31.03.21	31.12.20
Serviços do canal do Rio Pinheiros (Nota 19.3).....	-	-
Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 5).....	438.502	396.101
Ativo financeiro indenizável (Nota 9).....	134.593	117.767
Ativo reversível da concessão (Nota 10).....	195.374	195.374
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 19.1).....	98.975	95.261
	<u>867.444</u>	<u>804.503</u>

O risco de crédito sobre as contas a receber de arrendamento financeiro e serviços do canal do Rio Pinheiros são avaliados como baixo pela Administração da Companhia, em virtude de não terem histórico e expectativa de perdas.

A realização das contas a receber de arrendamento financeiro da Usina Térmica Piratininga depende da capacidade financeira da contraparte (Petrobrás) em efetuar os pagamentos nos prazos contratuais. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há registro de atrasos no recebimento dessas contas a receber.

O ativo financeiro indenizável e o ativo reversível da concessão referem-se a valores a serem ressarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão ou em espécie. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo em razão desses valores terem sido apurados de acordo com a regulamentação vigente, muito embora estejam sujeitos à fiscalização da ANEEL e, portanto, sujeito à eventual glosa.

A realização do Ativo financeiro - Sabesp depende da capacidade financeira da contraparte (SABESP) de efetuar os pagamentos nos prazos conforme estabelecido em contrato. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há atrasos no recebimento desse ativo financeiro.

A.3) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada não realizaram transações relevantes em moeda estrangeira.

A.4) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária e em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro 2020, estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificarem-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Capítulo III Mercados financeiros e de capitais - Taxas de juros efetivas de 31 de março de 2021, com CDI overnight de 2,65 %a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.03.2021 Nota 3	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		2,65%	3,31%	3,98%
Controladora	235.220	6.233	7.786	9.362
Consolidado	253.007	6.705	8.375	10.070

I-CVM 475	Saldo 31.03.2021 Nota 3	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		2,65%	1,99%	1,33%
Controladora	235.220	6.233	4.681	3.128
Consolidado	253.007	6.705	5.035	3.365

O Contrato de Arrendamento da UTP Piratininga é atualizado mensalmente a uma taxa de 9,32% ao ano mais IGPM.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IGPM, considerou-se uma taxa de 9,32% a.a., imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de março de 2021, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IGPM equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

I-CVM 475	Saldo 31.03.2021 Nota 5	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IGPM	12,66%	23,16%	26,62%	30,08%
Arrendamento UTP	438.502	101.557	116.729	131.901

I-CVM 475	Saldo 31.03.2021 Nota 5	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IGPM	12,66%	23,16%	19,70%	16,24%
Arrendamento UTP	438.502	101.557	86.385	71.213

O acordo Sabesp é atualizado a uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% ambos ao ano.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de março de 2021, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

I-CVM 475	Saldo 31.03.2021 Nota 19.1	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	4,92%	13,60%	14,93%	16,26%
SABESP	98.975	13.458	14.776	16.094

I-CVM 475	Saldo 31.03.2021 Nota 19.1	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	4,92%	13,60%	12,27%	10,93%
SABESP	98.975	13.458	12.139	10.821

A.5) Risco de liquidez

A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa e equivalentes de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Financiamento” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	8.592	-	-	-	-	8.592
Dividendos.....	16.035	-	-	-	-	16.035
Total	24.627	-	-	-	-	24.627

A.6) Risco de aceleração de dívida

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros (Nota 13) e outros.

Os cálculos do índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD e índice de capital próprio - ICP são realizados em bases anuais e estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, divulgadas à CVM em 20 de março de 2021.



Periodicamente a Companhia realiza análises a fim de minimizar possíveis riscos inerentes à aceleração da dívida.

26.2 RISCO HIDROLÓGICO

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico das usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. A PCH Pirapora, de propriedade de sua controlada, aderiu à repactuação do risco hidrológico conforme Lei 13.203/2015 no produto SP 100, vide outras informações na Nota 6 letra (f), reduzindo sua exposição a esse risco.

26.3 RISCO DE PREÇO

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 anos e um reajuste tarifário em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Portanto, as tarifas praticadas pela Companhia estão sujeitas ao controle do órgão regulador. De acordo com a fórmula paramétrica prevista na subcláusula 3ª da Cláusula 6ª do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a RAG poderá ser ajustada pela indisponibilidade ou desempenho apurado durante o período de medição (60 meses).

Os preços de comercialização de energia elétrica da controlada Pirapora são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.746, de 30 de julho de 2020, a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG O&M (a)	GAG MELHORIAS (b)	CAIMI (c)	USO D (e)	USO T (e)	AJI (d)	AJUSTE ANTES ENCARGOS SETORIAIS (e)	TFSEE (e)	P&D (e)	RAG
Henry Borden	132.981	164.109	11.255	38.548	5.394	16.037	3.192	1.310	3.753	376.579
Porto Góes...	3.988	4.338	267	498	-	-	139	35	93	9.358
Rasgão.....	3.370	3.175	236	441	-	-	114	28	74	7.438
	140.339	171.622	11.758	39.487	5.394	16.037	3.445	1.373	3.920	393.375

Fonte: REH 2.746/2020 Nota técnica nº 129/2020

A RAG (Receita Anual de Geração) 2020/2021 trouxe o terceiro reajuste da primeira revisão tarifária aplicada às concessionárias geradoras em regime de cotas, com a incorporação do adicional para investimentos em melhorias (GAG Melhorias) para as



usinas sob gestão da Companhia. A GAG (Gestão de Ativos de Geração) melhorias incorpora na RAG recursos destinados a financiar a realização de melhorias nas usinas cotistas, com o objetivo de elevar os níveis de qualidade do serviço prestado.

O reajuste homologado representa um aumento de aproximadamente 6,97% em relação à RAG anterior.

Reconhecimento da GAG melhorias como receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

As obrigações de desempenho associadas à GAG melhorias estão relacionadas aos investimentos em melhorias da infraestrutura. A Companhia entende que a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo, em razão dos investimentos em melhorias não criarem um ativo com uso alternativo para a Companhia, por serem específicos às usinas da Companhia, e ao fato de a Companhia ter direito ao pagamento pelo investimento realizado até o momento, desde que realizados de forma prudente, uma vez que a RAG é recebida em bases mensais independentemente do investimento realizado.

Assim, a receita relativa à GAG melhorias está sendo apropriada em bases mensais e os custos relacionados à troca e modernização dos equipamentos hidráulicos e eletromecânicos estão sendo provisionados na conta “Outras Obrigações – Investimentos na Concessão”, com base em estimativa dos investimentos necessários e prudentes elaborada pela Administração da Companhia.

a) GAG O&M

A GAG O&M é a parcela da receita que a ANEEL, disponibiliza às concessionárias de geração de energia elétrica no regime de cotas pela gestão dos ativos de geração para remunerar os custos de operação e manutenção das usinas.

b) GAG Melhorias

A GAG melhorias é a parcela da receita que a ANEEL homologou, às concessionárias de geração de energia elétrica no regime de cotas, para fazer frente aos investimentos para melhoria e conservação realizados e pleiteados após 31 de dezembro de 2012.

c) CAIMI

CAIMI é a parcela da receita destinada para gastos em aluguéis ou investimentos de bens de natureza não reversíveis tais como: bens administrativos, móveis, utensílios, veículos, etc.

d) Ajl



Ajuste de Indisponibilidade é o componente da RAG que afere a qualidade do serviço prestado, além do Fator X que também pode ser utilizado para esse propósito. Os geradores são penalizados quando os limites de indisponibilidade são ultrapassados.

e) USO D, USO T, TFSEE, P&D e AJUSTES

Correspondem aos repasses de custos com o uso do sistema de distribuição e transmissão e também de encargos regulatórios.

26.4 RISCO DE REGULAÇÃO

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua controlada.

26.5 RISCO DE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

O Governo Federal poderá implantar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

26.6 RISCO RELACIONADO À INTEGRIDADE DO EMPREENDIMENTO

A Companhia opera barragens de reservatórios hidrelétricos (“barragens”) em regiões densamente habitadas. Eventuais acidentes podem afetar comunidades no entorno dessas estruturas. A exploração do setor hidrelétrico, conforme delineado no Contrato de Concessão de que é titular, é realizada considerando os riscos inerentes à sua operação, inclusive aqueles de reduzida probabilidade, como o rompimento ou galgamento das barragens. Eventos desta natureza causarão danos às edificações existentes à jusante, com risco de morte a seus habitantes e danos incalculáveis ao meio ambiente e à economia. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ser acionada judicialmente com pedidos de indenização e, conseqüentemente, poderá ter sua situação financeira adversamente afetada. Para mitigar esses riscos a Companhia adota procedimentos de segurança das barragens, nos termos da legislação vigente, que estão descritos a seguir.

Segurança das Barragens

O sistema de segurança das barragens da EMAE foi estabelecido segundo o disposto na Lei federal nº 12.334/2010, que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens, e na Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015 que em conexão com a referida Lei federal estabelece critérios para classificação e formulação do Plano de Segurança de Barragens e Revisão Periódica de Segurança.

Nesse contexto, os procedimentos de segurança das barragens da EMAE compreendem a execução de inspeções regulares de segurança mediante vistorias nas estruturas, monitoramento e a análise da instrumentação associada aos Programas de Manutenções Preditiva e Preventiva.

Adicionalmente, a EMAE conta em sua equipe com engenheiros especializados em barragens, meio ambiente e técnico em edificações que realizam essas inspeções e



elaboram a documentação técnica, assegurando a segurança das estruturas de suas barragens.

Classes de Risco:

- A- São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial alto e cujas anomalias necessitam intervenção de curto prazo para manutenção das condições de segurança, não significa necessariamente casos de risco imediato de ruptura.
- B- São barragens que apresentam categoria de risco ou dano potencial alto e cujas anomalias, se presentes devem ser controladas, monitoradas e as intervenções podem ser implementadas ao longo do tempo para manutenção das condições de segurança.
- C- São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial médio ou baixo e que não apresentam anomalias e as existentes não comprometem a segurança da barragem.

Especificamente a respeito da Controlada, Pirapora Energia S.A informamos que de acordo com o Relatório de Classificação de Barragens – Ciclo 2018 Edição Abril 2019, o risco da Barragem Pirapora passou da Classe de Risco “A” para Classe “B”. Em relação às Barragens da EMAE informamos que as mesmas encontram-se classificadas nas classes de risco “B” e “C”.

26.7 RISCO RELACIONADO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NAS PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS DO ESTADO

Os reservatórios da EMAE estão localizados na Região Metropolitana de São Paulo e sofrem as pressões urbanas decorrentes dessa localização, notadamente por se tratar de região densamente povoada e palco de diversos conflitos pelo uso do solo, abastecimento público de água, controle de cheias e questões ambientais. Esse cenário pode impactar adversamente a Companhia, em especial pela ocupação de suas áreas urbanas e margens, com impactos negativos do ponto de vista social, ambiental e operacional da Companhia.

26.8 RISCO NA GESTÃO DO SISTEMA HÍDRICO TIETÊ/PINHEIROS (CONTROLE DE CHEIAS)

Por meio da Resolução nº 72, de 25 de março de 1998, a ANEEL transferiu para a EMAE os direitos de exploração dos serviços públicos de energia elétrica, notadamente para exercer as operações voltadas à geração de energia elétrica.

Nesse sentido, em conexão com seu Estatuto Social, Contrato de Concessão e Legislação vigentes, a EMAE realiza na gestão do sistema hídrico Tietê/Pinheiros, dentre outras, as atividades inerentes ao controle de vazão dos Rios, com a finalidade de evitar inundações em suas margens. Entretanto, eventual ocorrência de inundações pode ser vinculada às atividades desenvolvidas pela Companhia.

26.9 RISCO NA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS BALSAS - RESERVATÓRIO BILLINGS

A Companhia, por força da sucessão de obrigações da antiga Light, em função do enchimento do reservatório, opera e mantém gratuitamente, travessias por meio de balsas em três pontos do reservatório Billings, transportando grande número de pedestres e veículos. O serviço atende a todas as normas de segurança emanadas pela Marinha do Brasil, no entanto, a administração não tem meios de apurar com precisão os impactos de um eventual acidente **com essas embarcações.**

26.10 RISCO DE COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL

Conforme informado na nota explicativa nº14 - **ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA À EMPREGADOS**, a Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, o Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (PSAP/EMAE) e o Plano de Contribuição Definida (EMAE CD), os quais estão sujeitos a reavaliação atuarial anual.

Em função das características do PSAP/EMAE, déficits podem ser apurados pela alteração dos parâmetros atuariais utilizados a cada reavaliação, tais como: descasamento do indexador do patrimônio de cobertura com o indexador de reajuste dos benefícios, taxa de juros real, tábua de mortalidade, inflação, entre outros. Conforme determina a regulamentação aplicável a previdência complementar, déficits apurados devem ser equacionados e, dessa forma, há o risco de elevação das despesas previdenciárias.

Para mitigar esse risco, além de outras medidas, em maio de 2018 a Companhia fechou o PSAP/EMAE para novas adesões e passou a oferecer o plano de contribuição definida, o EMAE CD, que possui características que mitigam o risco de cobertura de déficits atuariais. Adicionalmente, em março de 2019, propôs a substituição do indexador de reajuste dos benefícios do PSAP/EMAE de IGP-DI para IPCA. A implementação do IPCA está condicionada a aprovação da PREVIC (vide Nota 29).

27 COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de concessão

A Companhia celebrou com a União, em 04 de dezembro de 2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

b) Contrato de autorização



A ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 1.429, de 24 de junho de 2008 autorizando a EMAE estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da PCH Pirapora. O prazo de vigência da autorização é de 30 anos contados da data de sua publicação.

c) Contratos de uso do sistema de transmissão e distribuição

A Companhia mantém os seguintes contratos de transmissão e distribuição:

Unidade	Tipo de conexão	Companhia
Henry Borden	Transmissão	CTEEP - Cia. De Transmissão de Energia Elétrica Paulista (SIN)
Henry Borden	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Porto Goes	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Rasgão	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica
PESA S.A	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica

Todos os contratos possuem prazo de vigência até a data de extinção da autorização ou extinção da Companhia, o que ocorrer primeiro.

28 ALTERAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o período findo em 31 de março de 2021, a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não caixa:

Controladora				
	31.12.20	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	31.03.21
Arrendamento UTP.....	(396.101)	-	(42.401)	(438.502)
Ativo financeiro indenizável.....	(117.767)	(18.109)	1.283	(134.593)
Investimentos.....	(96.996)	(64.000)	6.027	(154.969)
Imobilizado.....	(78.683)	(24)	198	(78.509)
Intangível.....	(7.730)	(830)	167	(8.393)

Consolidado				
	31.12.20	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	31.03.21
Arrendamento UTP.....	(396.101)	-	(42.401)	(438.502)
Ativo financeiro indenizável.....	(117.767)	(18.109)	1.283	(134.593)
Imobilizado.....	(227.463)	(725)	1.242	(226.946)
Intangível.....	(7.999)	(830)	187	(8.642)
Financiamento.....	66.361	(67.185)	824	-

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

29.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

Em 7 de abril de 2021 a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar publicou no Diário Oficial da União, portaria que aprova alterações regulamentares no plano PSAP/EMAE prevendo a troca de indexador do plano de



IGP-DI para IPCA. A Proposta foi enviada pela VIVEST em 2020 ao órgão fiscalizador, após aprovação no Comitê Gestor e no Conselho Deliberativo da Entidade.

29.2 PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

Conforme Aviso aos Acionistas divulgado em 23/04/2021, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada na mesma data aprovou o pagamento de remuneração total aos acionistas de R\$ 67,6 milhões, incluído nesse montante os R\$ 37,6 milhões pagos antecipadamente na forma de juros sobre o capital próprio (JCP). O total da remuneração aprovada corresponde a 34,08% do lucro líquido do exercício de 2020, sendo composto por:

- R\$ 47,1 milhões: dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado de 2020, conforme estabelecido no Estatuto Social da EMAE;
- R\$ 6,5 milhões: dividendo adicional referente a parcela realizada de lucros a realizar constituída em anos anteriores; e
- R\$ 14,0 milhões: dividendo adicional referente ao exercício encerrado em 31/12/2020.

O saldo de R\$ 30,0 milhões será distribuído aos titulares das ações na data da AGO e será pago em 21/05/2021, sendo R\$ 0,7667 por ação ordinária e R\$ 0,8434 por ação preferencial.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e aos Conselheiros da

EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. – EMAE

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. – EMAE, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de



Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Ativo reversível da concessão

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 10, de que os balanços patrimoniais individual e consolidado apresentam na rubrica de ativo reversível da concessão, no Realizável a Longo Prazo – Ativo Não Circulante, o montante de R\$ 195.374 mil, referente aos investimentos a serem indenizados pelo poder Concedente (ANEEL), os quais foram mensurados pela Companhia com base no valor residual. O referido montante ainda está em processo de homologação e será definido após fiscalização e determinação do “Valor Novo de Reposição - VNR” pela ANEEL. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. São Paulo, 20 de abril de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S

2 CRC RS 5.460/O-O “T” SP

Roger Maciel de Oliveira

Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP

Sócio Responsável Técnico



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85, 16º andar, bairro Cidade Monções, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da EMAE do período findo em 31 de março de 2021; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, relativamente às informações trimestrais da EMAE do período findo em 31 de março de 2021.



Av. Jornalista Roberto Marinho, 85, 16º andar, Cidade Monções
04576-010 | São Paulo-SP | Telefone: +55 (11) 2763-6502
www.emae.com.br | riemae@emae.com.br